



ÁSIA/SRI LANKA - A Comissão “Justiça e Paz” de Jaffna denuncia “o genocídio tâmil”

Jaffna (Agência Fides) – “Está em andamento em Sri Lanka um genocídio do povo tâmil”: esta é a denúncia feita pela Comissão “Justiça e Paz” da diocese de Jaffna, no norte de Sri Lanka, à Nunciatura Apostólica e a todos os Bispos do país. Numa longa e detalhada carta, enviada à Agência Fides, o presidente da Comissão, pe. S.V.B. Mangalarajah, lança o alerta e convida o Vaticano a exercitar pressões políticas sobre o governo de Sri Lanka para propor uma “solução política équa” para a ordem nacional, no pós-guerra civil.

A carta nota algumas “questões irresolutas basilares” para o povo tâmil, minoria étnica que vive no norte e no leste da ilha.

A primeira das questões citadas é a transparência e a responsabilidade em averiguar as violações dos direitos humanos, em especial durante as fases finais da guerra em 2009. O texto pede justiça “pelo assassinato de milhares de civis inocentes”, e que tenha início uma investigação internacional para as pessoas desaparecidas, pelo uso de bombas de fragmentação e também de armas químicas.

O segundo ponto é o confisco das terras dos civis tâmil: 90% dos territórios ocupados no período da guerra ainda não foram restituídos aos legítimos proprietários. Também a Igreja Católica perdeu, nos terrenos confiscados, três paróquias com inúmeras igrejas, capelas e institutos. Muitos terrenos costeiros foram confiscados, de modo completamente arbitrário, e entregue a militares ou a funcionários públicos, para construir resort ou residências de luxo, em detrimento dos pescadores locais.

Outra denúncia, no terceiro ponto, é o “controle demográfico coercitivo” da população tâmil, muitos de confissão católica. As mulheres do distrito de Kilinochchi são levadas ao hospital e obrigadas, com informações médicas manipuladas, a assumir progesterona (através de métodos subcutâneos) para o controle dos nascimentos.

Permanece difícil – quarto ponto – a situação de milhares de “prisoneiros políticos” tâmil, que estão se consumindo nas prisões de estado, alguns há mais de 15 anos. Trata-se de civis, mulheres, idosos, doentes, muitas vezes acusados de somente ter dado alimento aos guerrilheiros. Ao bispo de Mannar, Dom Rayappu Joseph, foi negada a permissão de visitar os detentos.

Quinta questão, por causa da presença militar sobretudo na região de Vanni: as famílias tâmil com jovens moças vivem no medo constante: há muitos casos de abusos sexuais por parte dos militares que permanecem todos impunes. Nas regiões abandonadas pelo exército, como ocorreu com o território de Jaffna, foram encontrados restos humanos e valas comuns, que podem ser de “desaparecidos”.

Por fim, o texto denuncia a “colonização étnica, cultural e religiosa”, financiada pelo governo, por parte dos colonos cingaleses, imigrantes em massa para “converter” e “normalizar” as áreas historicamente tâmil. O governo – conclui a Comissão “Justiça e Paz” – influenciou fortemente as eleições do Conselho provincial local, continua a censurar os meios de comunicação e toda forma de dissenso, inclusive com intimidações e ameaças, ignorando completamente um percurso de “justiça, paz e reconciliação”. (PA) (Agência Fides 23/10/2013)